



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9675 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

## FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E O TRABALHO DOCENTE COM ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

Letícia Alves de Oliveira - UERJ - FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Flavia Faissal de Souza - UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

### FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E O TRABALHO DOCENTE COM ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

**RESUMO:** O objetivo desta pesquisa foi analisar a formação inicial de professores para atuar com o aluno com deficiência no ensino regular, conforme a proposta político-pedagógica dos três cursos presenciais de Licenciatura em Pedagogia da UERJ (*Campi* Maracanã, Duque de Caxias e São Gonçalo). Partindo dos pressupostos da perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano, este estudo foi caracterizado como estudo de casos múltiplos, desenvolvido através de pesquisa documental e pautado na análise de conteúdo. Foram analisados o Plano de Desenvolvimento Institucional da UERJ, Projetos Políticos Pedagógicos, fluxograma e ementário das disciplinas obrigatórias e eletivas do campo da Educação Especial, Desenvolvimento Humano e Direitos Humanos. As análises indicam que esses cursos assumem o princípio da diversidade humana e oferecem disciplinas obrigatórias e eletivas no campo da Educação Especial. Entretanto, a temática da Educação Especial aparece desarticulada de outras áreas da Educação e nas disciplinas de estágio curricular obrigatório, não foram encontradas propostas que contemplassem a experiência no campo da Educação Especial nem debates sobre a escolarização dos alunos com deficiência. Por fim, destacamos a necessidade da construção de uma proposta político-pedagógica onde conhecimentos da área da Educação Especial estejam articulados aos do Desenvolvimento Humano, Direitos Humanos e outros da área da Educação.

**Palavras-chave:** Aluno com deficiência. Curso de Pedagogia. Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Formação inicial de professores.

Atualmente, entre embates e disputas, a educação brasileira, de forma contraditória e com respaldo de um corpo legislativo, está pautada na concepção da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, na qual todos os alunos com deficiência devem estar matriculados nas escolas regulares e no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para fazer frente a esse cenário, novos saberes e práticas pedagógicas são exigidas com o intuito de atender a diversidade e as singularidades desse alunado. Com isso, assumindo os pressupostos teórico-metodológicos da perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano (VIGOTSKI, 1997), consideramos que a formação inicial de professores deve subsidiar o futuro docente para que o mesmo tenha condições de construir relações de ensino que

potencializem o desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Distintas peças legislativas e diretrizes curriculares, como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 (BRASIL, 2006) e a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015), vêm instituindo a obrigatoriedade para que sejam inseridas disciplinas que abordem conhecimentos produzidos no campo da Educação Especial e no campo dos Direitos Humanos nos currículos das licenciaturas.

Todavia, estudos sobre a formação inicial de professores para atuar junto ao aluno com deficiência no ensino regular, realizados em diferentes perspectivas, por autores como Antunes e Glat (2011) e Cruz e Glat (2014), retratam que poucas mudanças foram realizadas no sentido de reestruturar as propostas político-pedagógicas dos cursos com a incorporação de conteúdos que contemplem problematizações sobre a escolarização dos alunos com deficiência. Ainda, Michels (2005), afirma que as instituições de ensino superior são locais de disputa de conhecimentos nos quais são selecionados os conteúdos e valores que se pretendem trabalhar em detrimento de outros e a matriz curricular torna-se uma expressão, no caso, de determinada concepção de deficiência, Educação Especial e de práticas pedagógicas direcionadas aos alunos com deficiência.

Sendo assim, o trabalho aqui apresentado, teve como objetivo analisar a formação inicial de professores para atuar com o aluno com deficiência no ensino regular, conforme a proposta político-pedagógica dos cursos presenciais de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), *Campus* Duque de Caxias; da Faculdade de Educação (EDU), *Campus* Maracanã; e, da Faculdade de Formação de Professores (FFP), *Campus* São Gonçalo, todas pertencentes à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A pesquisa foi estruturada a partir do estudo de casos múltiplos (YIN, 2001) desenvolvido por meio da pesquisa documental (FONSECA, 2002). Para tanto, realizamos o mapeamento da estrutura curricular, das ementas das disciplinas e da concepção de formação de professores para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva nos cursos, assim como, a sua relação com os Direitos Humanos e o Desenvolvimento Humano. Os documentos analisados foram: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UERJ, Projeto Político Pedagógico (PPP), o fluxograma e o ementário das disciplinas obrigatórias e das eletivas que abordavam conteúdos do campo da Educação Especial, e as que tratavam de Desenvolvimento Humano e Direitos Humanos nos cursos estudados.

Para a análise dos documentos, valemo-nos da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). A primeira fase consistiu na escolha, organização e sistematização do material da pesquisa que teve início nas páginas eletrônicas da UERJ e das unidades acadêmicas em questão, disponíveis na *world wide web*. Desta busca, foram localizados o PDI da UERJ e o fluxograma, bem como o ementário das disciplinas obrigatórias e eletivas de cada curso. Já o PPP dos cursos foi recuperado por meio de contato com a Coordenação de Graduação. Na segunda fase, composta pela exploração do material, foram elencados os descritores: Deficiência; Desenvolvimento Humano; Direitos Humanos; Educação Especial; Educação Inclusiva; Necessidades Educacionais Especiais para a busca da temática do estudo. E, a terceira fase, constituiu no momento da análise e interpretação dos documentos tendo como respaldo o referencial teórico-metodológico assumido. As categorias de análises, que tiveram como base o referencial teórico-metodológico, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Pedagogia (BRASIL, 2006) e a revisão de literatura, foram construídas a partir dos temas: Formação docente para a diversidade, Espaços para a problematização sobre a Educação Especial e Estágio Supervisionado na constituição docente.

Observarmos que os três cursos presenciais de Licenciatura em Pedagogia da UERJ, oferecem disciplinas obrigatórias voltadas para conhecimentos do campo da Educação Especial em sua organização curricular, além de oferecerem disciplinas eletivas que possibilitam um aprofundamento nessa área. Cumpre destacar que somente o curso de Licenciatura em Pedagogia da EDU oferece a temática de Libras como disciplina obrigatória e o curso de Licenciatura em Pedagogia na FEBF é o único que não possui disciplina obrigatória específica no campo da Educação Especial.

Os três cursos presenciais de Licenciatura em Pedagogia da UERJ abordam a temática do Desenvolvimento Humano em disciplinas obrigatórias. No entanto, somente a disciplina obrigatória *Educação, Linguagem e Conhecimento III A*, do curso de Licenciatura em Pedagogia da FEBF, tematiza conteúdo sobre os alunos com deficiência. Esses três cursos estudados também trazem discussões abrangentes sobre os Direitos Humanos e a educação no ementário das disciplinas. Tais discussões referem-se a temáticas, como: a violência na escola; a relação entre educação, Direitos Humanos e cidadania; a importância da construção do projeto pedagógico nos sistemas educacionais tendo como base o reconhecimento da cidadania e o respeito aos Direitos Humanos. Contudo, o curso de Licenciatura em Pedagogia da FEBF oferece a disciplina obrigatória *Educação Inclusiva* que apresenta questionamentos relacionados ao campo dos Direitos Humanos e, um dos módulos, traz questões sobre a pessoa com deficiência discutindo a temática do capacitismo.

De maneira mais específica, por meio do estudo das ementas das disciplinas obrigatórias, foi possível perceber que os cursos de Licenciatura em Pedagogia da EDU, FEBF e FFP têm como proposta o trabalho com conhecimentos do campo da Educação Especial, porém a temática da Educação Especial permanece apenas nas disciplinas específicas sem a existência de articulações curriculares entre outras disciplinas. Ou seja, a transversalidade curricular, de uma forma geral, não se faz presente nos documentos dos cursos presenciais de Licenciatura em Pedagogia da UERJ. Tal fato coaduna com as pesquisas na área da Educação Especial (MACEDO, 2010; CRUZ; GLAT, 2014) que argumentam sobre a organização curricular disciplinar e fragmentada dos cursos de Pedagogia e programas de formação inicial de professores. Para Rodrigues (2017), a existência de disciplinas isoladas relacionadas aos alunos com deficiência pode levar o graduando a ter a percepção da existência de uma Pedagogia tida como “normal”, desenvolvida na composição das disciplinas do curso, e uma Pedagogia considerada “especial”, que seriam tratadas em disciplinas específicas do curso. Nesse contexto, pretende-se formar professores para a perspectiva inclusiva, mas com um currículo em que a Educação Especial continua “segregada”.

No tocante ao estágio curricular, ao ser relacionado com a formação inicial de professores para atuar junto ao aluno com deficiência, não foi possível identificar propostas que contemplassem a experiência no campo da Educação Especial e problematizações sobre a questão da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva mesmo com os alunos com deficiência estando matriculados na sala de aula do ensino regular. Entretanto, o estágio curricular *Pedagogia nas Instituições e nos Movimentos Sociais*, do curso de Licenciatura em Pedagogia da EDU, é o único que explicita a possibilidade de vivência de trabalho junto ao aluno com deficiência.

A falta de oportunidade de realização de estágio que permita uma experiência do graduando nas relações de ensino com o aluno com deficiência é um fator que fragiliza o processo de formação inicial de professores na perspectiva da Educação Inclusiva. Pois, as experiências vivenciadas afetam a constituição do indivíduo enquanto docente e, nessa situação, o estágio passa a ser concebido tanto como lugar de formação quanto um lugar de atuação. De igual forma, a vivência no cotidiano escolar pode ampliar a percepção dos futuros

docentes acerca das especificidades de sua prática pedagógica (ANJOS, 2002; 2006; NOZI; VITALIANO, 2012).

Diante dessa conjuntura, os cursos de Pedagogia precisam abordar conteúdos que possibilitem aos graduandos a construção de conhecimentos sobre os processos educacionais dos alunos com deficiência. Posto que, é necessário que o professor tenha acesso ao conhecimento sobre as concepções de deficiência, as condições de desenvolvimento e as relações de ensino com os alunos com deficiência na trajetória constitutiva docente.

Isto posto, as instituições de ensino superior precisam realizar a reformulação das propostas político-pedagógicas dos cursos de Pedagogia. Porém, cabe ressaltar que, nesse cenário, não basta aumentar o quantitativo de disciplinas e/ou de horas voltadas para o campo da Educação Especial ou da Educação Inclusiva se continuar a fragmentação curricular, o isolamento das disciplinas persistir e não houver a superação da ideia de currículo como um ajuntamento de conteúdos desarticulados (CRUZ; GLAT, 2014).

Contudo, há que se considerar que a formação inicial de professores não consegue, unicamente, contemplar em sua estrutura todos os conhecimentos necessários para a prática pedagógica a ser realizada pelos professores na sala de aula do ensino regular. Sendo assim, a formação inicial compõe um processo permanente de formação e desenvolvimento profissional dos professores (MACEDO, 2010).

## REFERÊNCIAS

ANJOS, D. D. dos. *A formação do profissional da educação: o estágio em questão*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

\_\_\_\_\_. *Como foi começar a ensinar? Histórias de professoras, Histórias da profissão docente*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ANTUNES, K. C. V.; GLAT, R. Formação de professores na perspectiva da Educação Inclusiva: os cursos de Pedagogia em foco. In: PLETSCH, M. D.; DAMASCENO, A. (Org.). *Educação Especial e Inclusão Escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico*. Seropédica: Edur/UFRRJ, v. 1, 2011. p. 188-201.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução n.º 01 de 15 de maio de 2006*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. *Lei n.º 9394/96 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece a lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. *Resolução CNE/CP 2/2015, de 1 de julho de 2015*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2015.

CRUZ, G. de C.; GLAT, R. Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura. *Educar em Revista*. Curitiba, Brasil: Editora UFPR, n. 52, p. 257-273, abr./jun. 2014.

FONSECA, J. J. S. da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

MACEDO, N. N. *Formação de professores para a Educação Inclusiva nos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Paulistas*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

MICHELS, M. H. Paradoxos da formação de professores para a educação especial: o currículo como expressão da reiteração do modelo médico-psicológico. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.11, n.2, p. 255- 272, maio/ago. 2005.

NOZI, G. S.; VITALIANO, C. R. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 25, n. 43, p.333-348, maio/ago. 2012.

RODRIGUES, D. Os desafios da equidade e da inclusão na formação de professores. In: OLIVEIRA, I. M. de; RODRIGUES, D.; JESUS, D. M. de. *Formação de professores, práticas pedagógicas e inclusão escolar: perspectivas luso-brasileira*. Vitória: Edufes, 2017. p. 23 – 48.

VIGOTSKI, L. S. *Fundamentos de Defectologia – Obras escogidas V (1924-1934)*. Madri: Visor, 1997.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.